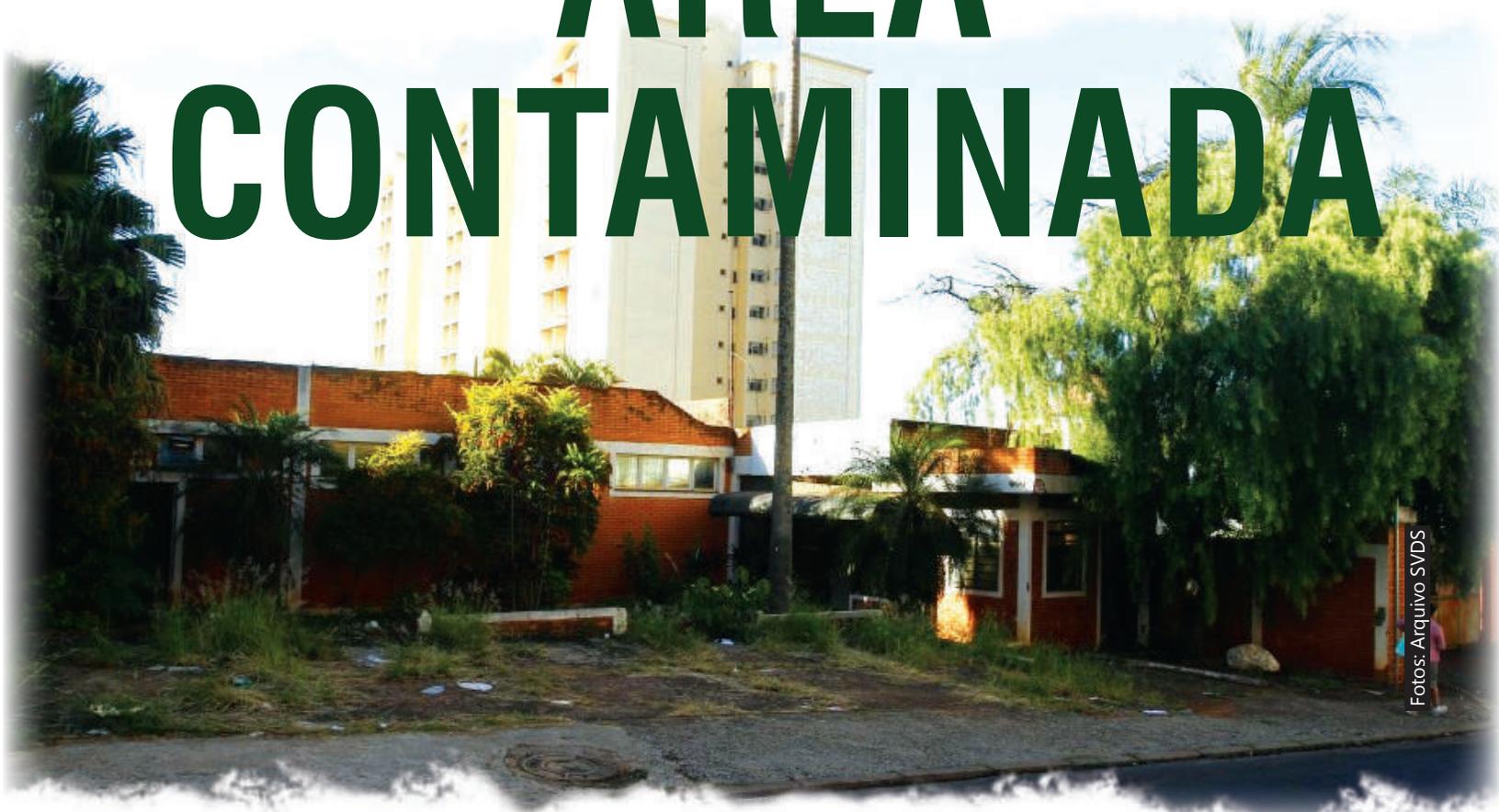


EXEMPLO NA GESTÃO DE ÁREA CONTAMINADA



Fotos: Arquivo SVDS

Mansões Santo Antônio: Vista da área da antiga Proquima, entre as dez áreas contaminadas críticas do Estado de São Paulo

No início de 2013 o recém-nomeado Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, apresentou ao Prefeito Jonas Donizette aquele que considerava estar entre os maiores desafios à espera de solução para a gestão que se iniciava: um passivo ambiental de décadas, com forte impacto

social e econômico para o desenvolvimento da cidade, e que apesar de ser passivo de responsabilidade direta de antiga empresa de recuperação de solventes, herdado pela construtora que adquiriu a área, exigia que fosse enfrentado de forma proativa pela gestão pública face aos riscos existentes para a população residente na região e

ao entrave urbanístico que significava e ainda significa. O Prefeito determinou prioridade ao assunto e a Secretaria do Verde traçou plano em cinco etapas das quais três estão concluídas, a quarta com licitação em curso para contratação dos Estudos de Investigação Ambiental Detalhada Complementar, Avaliação de Risco e Plano de Inter-

comprada pela Consima para fins de instalação de 8 torres residenciais (Parque Primavera I e II). No entanto, durante as obras do Parque Primavera I, constatou-se a contaminação no local resultando na paralisação das construções. Quando as obras foram paralisadas já existiam 03 prédios construídos, sendo que um deles já está habitado (Bloco A). O caso no bairro Mansões Santo Antônio entrou, então, na relação das dez áreas críticas do Estado de São Paulo, segundo a CETESB.

A Prefeitura Municipal de Campinas com o apoio da CETESB vêm percorrendo as etapas com o intuito de sanar o passivo ambiental.

Diante da preocupação municipal o Decreto 14091/2002 (que estabelecia restrições na área) foi revisado e resultou na publicação do Decreto Municipal 18.669 de 13 de março de 2015 estabelecendo novas restrições, porém baseadas em estudos complementares.

EXTRAÇÃO DE VAPORES

De acordo com um dos relatórios emitidos pela CETESB o nível de contaminação no local indicava a necessidade de “implantação imediata de um sistema de mitigação de intrusão de vapores”, pois foi identificado riscos aos moradores do local relacionados à inalação de vapores produzidos a partir do subsolo.

O projeto de extração de va-

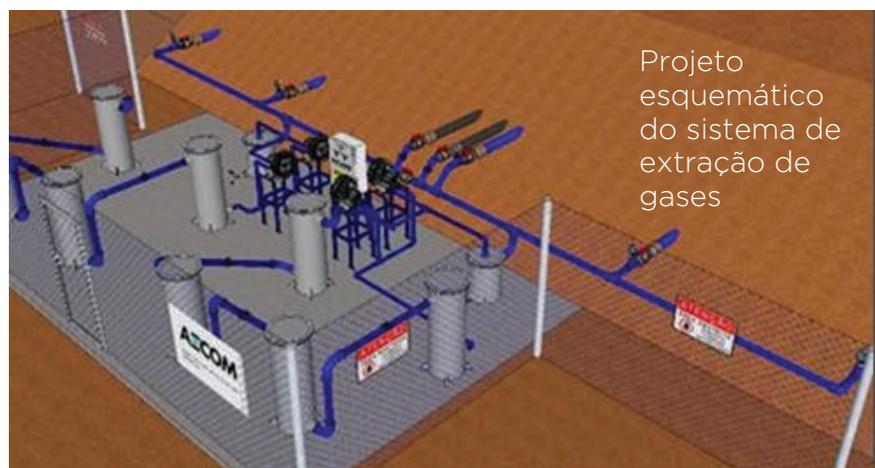
pores, em operação, se baseia na instalação de uma unidade fixa com equipamentos adequados para proporcionar o vácuo e encaminhar os gases para uma unidade de tratamento. O tratamento dos vapores extraídos é feito por meio de compressores radiais, tanques demister e filtros de carvão ativado para vapores, sendo todos os equipamentos automatizados e controlados através de um painel eletrônico. O sistema é subterrâneo, não havendo nenhuma interferência para os moradores no local.

As próximas etapas para o enfrentamento da questão já estão delineadas. Após a Secretaria do Verde elaborar em discussão técnica com a CETESB o Termo de Referência para a elaboração da Investigação Ambiental Detalhada Complementar, Avaliação de Risco e Plano de Intervenção, a licitação está sendo concluída. Serão cerca de R\$ 3 milhões de reais investidos nesta quarta e penúltima



Imagem real do sistema de extração de gases, em funcionamento na área

etapa financiada pelo PROAMB-Fundo Municipal de Proteção e Recuperação do Meio Ambiente de Campinas. A última será a execução da remediação cujos custos somente serão conhecidos com o plano em contratação e poderá ser executada por meio de parceria público-privada com participação da APROMASA- Associação que reúne os proprietários de áreas na região contaminada. ■



Projeto esquemático do sistema de extração de gases